

Encontro Nacional de Pesquisadoras  
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024  
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:  
desafios a uma formação profissional  
emancipatória no Serviço Social

**Eixo temático: Serviço Social, relações de exploração/opressão e resistências de gênero, feminismos,  
raça/etnia, sexualidades**

**Sub-eixo: Relações étnico-raciais, povos indígenas, negros/as, quilombolas, ribeirinhos e  
desigualdades**

## **ECONOMIA E POLÍTICA NA FORMAÇÃO SOCIAL BRASILEIRA DURANTE A VIGÊNCIA DA ESCRAVIDÃO<sup>1</sup>**

**RENATO DE BRITO GOMES<sup>2</sup>**

**Resumo:** O artigo discute a formação social brasileira durante a escravidão sob o enfoque da economia, da política e da dinâmica de classes. Aponta as aproximações e distanciamentos das análises de Caio Prado Jr, Fernando Novais, Jacob Gorender e Clóvis Moura. Sugere-se que estas leituras constituem um exercício de tradutibilidade e apontam-se caminhos que podem ajudar a superar antigas antinomias.

**Palavras-Chave:** escravidão, formação social, economia, política e classes sociais.

**Abstract:** The article discusses Brazilian social formation during slavery from the perspective of economics, politics and class dynamics. It points out the similarities and differences between the analyzes of Caio Prado Jr, Fernando Novais, Jacob Gorender and Clóvis Moura. It is suggested that these readings constitute an exercise in translatability and point out ways that can help to overcome old antinomies.

**Keywords:** slavery, social formation, economy, politics and social classes.

---

<sup>1</sup> O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Brasil (CAPES) – Código de Financiamento 001

<sup>2</sup> Universidade do Estado do Rio de Janeiro

## 1 – Introdução

O artigo busca discutir a formação social brasileira no período em que vigorou a escravidão. A análise ocorre sob o enfoque privilegiado da economia, da política e da dinâmica entre classes envolvidas no processo, e mostra quais são as aproximações e distanciamentos de algumas interpretações clássicas. Observa-se que as diferentes vertentes possuem potencialidades e antinomias que pretendem ser solucionadas através de novas formulações que, por sua vez, também não estão isentas de críticas.

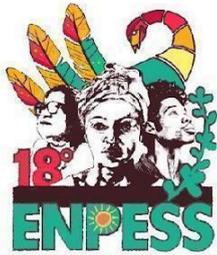
Inicialmente expõe-se as leituras de Caio Prado Jr. e Fernando Novais que procuram caracterizar o Brasil desde seus primórdios como já capitalista pelo fato de estar integrado ao movimento mais geral de desenvolvimento do capitalismo europeu. Posteriormente, debruça-se sobre as leituras que fazem da categoria modo de produção um elemento central e defendem que no Brasil teria existido um modo de produção escravista, as obras abordadas serão as de Jacob Gorender e Clóvis Moura.

Por fim, tem-se a oportunidade de observar os pontos fortes e problemáticos das formulações abordadas. Sugere-se que, em alguma medida, interpretar a formação social brasileira no período em que vigora a escravidão através de um instrumental marxista constitui-se como um exercício *suis generis* de tradutibilidade em sentido gramsciano. Isto é, trata-se de uma tarefa só possível de ser executada se, de igual maneira, avança-se na formulação mais ampla do marxismo enquanto teoria social.

## 2 – O sentido da colonização e o capital como sujeito

Na terminologia de Hirano (2008) Caio Prado Júnior é considerado o autor fundante da “tese do capitalismo na formação colonial brasileira”. Em *Formação do Brasil Contemporâneo* ([1942] 2011) propõe uma abordagem materialista para a explicação dos nexos do período colonial, precisamente sobre o intervalo que se inicia no começo do século XIX. A escolha ocorre porque “nos fornece, em balanço final, a obra realizada de três séculos de colonização” e também “nos apresenta o que nela se encontra de mais característico e fundamental, (...) fazendo passar ao segundo plano o acidental e intercorrente”. Em suma: “É uma síntese deles” (ibid, p. 7).

O sentido da colonização estrutura sua interpretação e exposição no livro, sendo retomado com a incorporação de novos elementos. Aparece inicialmente como sendo a característica básica de um povo ou de uma formação social. Seria determinada “não nos pormenores de sua história, mas no conjunto dos fatos e acontecimentos essenciais que a constituem num largo período de tempo”, haveria assim “uma linha mestra e ininterrupta de



Encontro Nacional de Pesquisadoras  
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024  
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:  
desafios a uma formação profissional  
emancipatória no Serviço Social

acontecimentos” (ibid, p. 15). Aqui está “a síntese e ao mesmo tempo o pressuposto de toda a argumentação desenvolvida” (Lima, 2008, p. 118)<sup>2</sup>. No entanto, “a lógica do ‘sentido’ não existe a priori, como necessidade lógica, mas é reconstruída a posteriori pelo sujeito do conhecimento, como contingência que se realizou efetivamente” (Teixeira, 2005, p. 4).

Localiza o processo de colonização como um episódio da história europeia relacionado aos eventos da expansão marítima, ou seja, “tudo que se passa são incidentes da imensa empresa comercial a que se dedicam os países da Europa a partir do século XV” (Prado Júnior, [1942] 2011, p. 19). O sentido essencial de nossa formação social era determinado pelo fato de que,

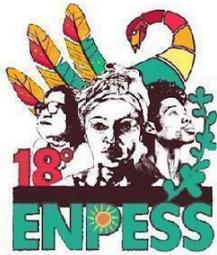
na realidade nos construímos para fornecer açúcar, tabaco, alguns outros gêneros; mais tarde ouro e diamantes; depois algodão, e em seguida café, para o comércio europeu. Nada mais que isso. (...) Tudo se disporá naquele sentido: a estrutura, bem como as atividades do país. Virá o branco europeu para especular, realizar um negócio; inverterá seus cabedais e recrutará a mão de obra que precisa: indígenas ou negros importados. Com tais elementos, articulados numa organização puramente produtora, industrial, se constituirá a colônia brasileira. (ibid, p. 29)

Assim, “a colônia nasce circunscrita no âmbito da modernidade capitalista que a determina” (Júnior, 2018, p. 34-5), ainda que se tratasse “do desenvolvimento de um capitalismo *sui generis*” (Alcantara, Alcantara, 2018, p. 232). A investigação da economia colonial fortalece a categorização do sentido da colonização, havendo leitura de que “o capítulo representa toda a base argumentativa do livro” (Sá, 1998, p. 29). O sentido da colonização determina que “nossa economia se subordina inteiramente a esse fim, isto é, se organizará e funcionará para produzir e exportar aqueles gêneros” . Os outros setores eram “de pouca monta, (...) subsidiário e destinado unicamente a amparar e tornar possível a realização daquele fim essencial” (Prado Júnior, [1942] 2011, p. 123).

A agricultura apresenta-se como setor mais dinâmico, sendo marcada pela grande propriedade, a monocultura e o trabalho escravo. Em sua leitura, “Esses três elementos se conjugam num sistema típico, a ‘grande exploração rural’,(...); é isso que constitui a célula fundamental da economia agrária brasileira” (ibid, p. 127). As atividades de mineração e extração tiveram importância, sendo as demais setores de subsistência<sup>3</sup>.

<sup>2</sup> É o “fio condutor de toda a obra, como se fora a linha mestra que sustenta seus argumentos”, o sentido da colonização “tanto revela o que movia a empresa mercantil (...) como desvenda as particularidades da formação brasileira desde a sua origem” (Cruz, 2008, p. 8-9). Ou ainda é a “categoria que dá vida e sentido a toda sua interpretação e articula seu argumento”, e, portanto, “orienta toda conjuntura conformada por três séculos de história esboçando uma síntese” (Júnior, 2018, p. 30-1).

<sup>3</sup> Coutinho (2011, p. 208) afirma que devido ao elevado nível da polêmica de então é possível afirmar com alguma segurança que Caio Prado exagera em relação à existência de relações parcelárias, de produtores autônomos e mesmo de empregados em relação a grande propriedade.



Encontro Nacional de Pesquisadoras  
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024  
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:  
desafios a uma formação profissional  
emancipatória no Serviço Social

O autor enxerga o comércio da colônia “como o setor capaz de revelar, melhor que qualquer um dos outros pertencente à área de produção, o caráter de uma economia” (Lima, 2008, p. 120), assim o “capital comercial é então elemento central para a compreensão da sociedade colonial e da sua dinâmica” (Teixeira, 2005, p. 4). Dirigido e organizado pelo reino, foi mais um canal pelo qual impõe-se o sentido da colonização, ele acabou “condicionando-lhe a própria existência” (Prado Júnior, [1942] 2011, p. 249). Incidia na distribuição do povoamento e na organização econômica, incluindo aí o trabalho escravo que, por outro lado, era igualmente um elemento central do comércio.

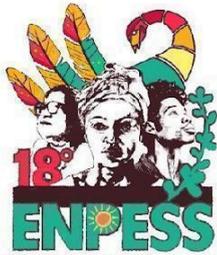
No fim da obra investiga os determinantes da organização social e também da política da colônia. Dá uma pista sobre o caminho que seguiria quando falando sobre a “grande exploração rural” e o fato de ser a célula básica da economia agrária, argumenta que ela, igualmente, “constituirá também a célula principal em que se assenta toda a estrutura do país, econômica e social” (ibid, p. 127).

Afirmção que hoje pode parecer banal mas que à época constitui-se como revolução na historiografia marxista, inicia o capítulo sobre a organização social afirmando: “o que antes de mais nada, e acima de tudo, caracteriza a sociedade brasileira de princípios do século XIX é a escravidão.” Nenhuma outra instituição colonial teria exercido tamanha influência social e generalizado-se de forma tão expressiva pelo território, ela era a principal “influência material e moral” (ibid, p. 285)<sup>4</sup>, “o único núcleo central organizado, mas degradado moralmente” (Sá, 1998, p. 31). Era, enfim, uma “forma particular de exploração que o capital encontrou para dar suporte às atividades econômicas” (Cruz, 2008, p. 9). O que se tem além da escravidão é “um setor periférico, caracterizado por uma tal inorganicidade e incoerência que nele não se pode vislumbrar sequer uma estrutura social” (Lima, 2008, p. 122).

Embora reconheça o papel econômico do trabalhador escravo parece não avaliar como relevante a sua atuação política. A afirmação de que o reino tenta levá-los à condição de “homem reduzido à mais simples expressão, pouco senão nada mais que o irracional” parece correta, mas que o escravo tenha tornado-se simplesmente “força bruta, material. Esforço muscular primário,

---

<sup>4</sup> Em outra obra explicita a polêmica afirmando: “Nesta questão da estrutura e interrelacionamento das classes e categorias sociais brasileiras, tanto como na afirmação do “feudalismo” de nossas instituições econômicas cuja inconseqüência já foi acima apontada e que se relaciona muito de perto com o assunto que estamos tratando, os teóricos “marxistas” tradicionais trazem para cá e introduzem na realidade brasileira outros e não menos desambientados figurinos exóticos. O principal deles é do ‘latifundiário’ pseudo-senhor feudal que dentro das relações feudais ou semif feudais de produção e trabalho, explora o campesinato a ele subordinado. Já se viu acima que não há no Brasil, no sentido próprio e essencial, relações assimiláveis às do feudalismo. O que existe e tem servido de exemplificação e comprovação do “feudalismo” brasileiro, são remanescentes de relações escravistas, o que é bem diferente, tanto no que respeita à natureza institucional dessas relações, como, e mais ainda, no que se refere às conseqüências de ordem econômica, social e política daí decorrentes” (Prado Júnior, 1987, p. 104).



Encontro Nacional de Pesquisadoras  
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024  
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:  
desafios a uma formação profissional  
emancipatória no Serviço Social

sob a direção e açoite do feitor” não parece verdadeiro. Expressa sua posição quando afirma que “A contribuição do escravo preto (...) para a formação brasileira é, além daquela energia motriz, quase nula” (Prado Júnior, [1942] 2011, p. 289). Em suma, “foi considerado apenas o esforço físico quer do homem escravo, ou da mulher escrava” (Sá, 1998, p. 31).

A condição jurídica do escravo na colônia seguia o direito romano e o considerava como “coisa”, desprovido de subjetividade ou capacidade de atuação política. Os senhores eram hierarquicamente os membros superiores da sociedade. Escravos e senhores seriam as “duas categorias nitidamente definidas e entrosadas na obra da colonização” (Prado Júnior, [1942] 2011, p. 299). Havia também a vida administrativa da colônia<sup>5</sup>, nela “nada ou muito pouco apresenta daquela uniformidade e simetria que estamos hoje habituados” (ibid, p. 318)<sup>6</sup>.

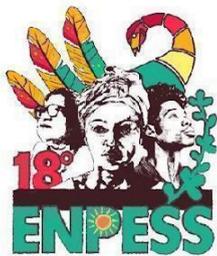
Voltando ao trabalho escravo, temos que tudo associado a ele tem uma “acabada estrutura e coesão” (ibid, p. 363). Esta organicidade seria fornecida pela célula básica do clã patriarcal, ou seja, incorpora uma leitura em que a relação entre senhores e escravos seria marcada fundamentalmente por um patriarcalismo. Ocorreria que “o senhor deixará de ser o simples proprietário que explora comercialmente suas terras e seu pessoal; o escravo também não será mais apenas a mão de obra explorada”, as relações levariam a que “multiplicam-se assim os laços que, apesar das distâncias, vão atando um ao outro” (ibid, p. 306).

As relações de organicidade advindas do trabalho escravo sob a forma do clã patriarcal não acabaria por gerar, na leitura do autor, processos políticos, haveria uma “ausência quase completa de superestrutura”. Deixando pouca margem para dúvidas acrescenta que “As relações servis são e permanecerão relações puramente materiais de trabalho e produção, e nada ou quase nada mais acrescentarão ao complexo cultural da colônia” (ibid, p. 364).

Parece que a incorporação da categoria de “clã patriarcal” pode ter sido o elemento teórico que o levou a desconsiderar os escravos como dotados de possibilidades de fazer política e como sujeitos ativos de um processo de resistência. Caracterizando os processos de enfrentamento na sociedade colonial argumenta que houve lutas entre “senhores de engenho e fazendeiros contra negociantes; mulatos contra brancos; pés-descalços contra calçados; brasileiros contra portugueses...Faltou apenas ‘escravos contra senhores’” (ibid, 400).

<sup>5</sup> Pontuava que devemos nos afastar das noções que o Estado capitalista moderno fornece. Só muito cuidadosamente há a utilização da categoria Estado, sendo ressaltada sua singularidade histórica e diferenças de fundamento em relação a sua forma capitalista, estando, portanto, distante das conhecidas teorias dos modos de produção e suas etapas.

<sup>6</sup> “De um modo geral, pode-se afirmar que a administração portuguesa estendeu ao Brasil sua organização e seu sistema, e não criou nada de original para a colônia” (ibid, p. 320), em resumo “o Brasil não constitui, para efeitos da administração metropolitana, uma unidade” (ibid, p. 322).



Encontro Nacional de Pesquisadoras  
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024  
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:  
desafios a uma formação profissional  
emancipatória no Serviço Social

Fernando Novais “sofisticou o argumento pradiano” (Borges, Santos, 2018, p. 147) e deve-se ao autor “a fixação dos paradigmas referenciais que conduziram à conceituação de um determinado sistema colonial da época moderna” (Arruda, 2000, p. 170). De maneira semelhante ao intérprete anterior, temos uma síntese inicial onde em “perspectiva mais geral, o Antigo regime – mais rígido ou mais flexível de país para país – representava o quadro institucional que permitiu a formação e cristalização da etapa mercantil do capitalismo”. Em suma, “Antigo Regime, política mercantilista, sistema colonial monopolista são portanto elementos da mesma estrutura global típica da Época Moderna” (Novais, [1979] 2019, p. 28).

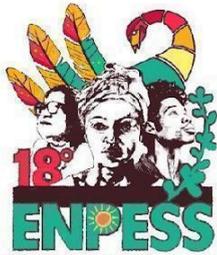
Em outras palavras, “é na história do sistema geral de colonização europeia moderna que devemos procurar o esquema de determinações dentro do qual se processou a organização da vida econômica e social do Brasil na primeira fase de sua história” (Novais, 1977, p. 47). As leis que objetivavam organizar a economia e a política nada mais refletiam do que “os objetivos da empresa colonizadora” (Novais, [1979] 2019, p. 74). Disto deriva uma determinação estrutural do sistema colonial, formava-se um centro relativamente autônomo de decisão (a metrópole) e um polo subordinado (a colônia).

As políticas mercantilistas em relação às colônias constituíam-se como mecanismo de acumulação primitiva em relação à dinâmica do capital mercantil, incapaz de reproduzir-se endogenamente e por isso demandando o mecanismo do comércio colonial. Aqui estava o “sentido profundo da colonização: comercial e capitalista, isto é, elemento constitutivo no processo de formação do capitalismo moderno” (ibid, p. 87). Ao caracterizar um “sentido profundo” avança porque percebe que “a transferência do excedente da colônia para a metrópole por meio do monopólio do comércio de gêneros tropicais (...) [serviu] à acumulação primitiva de capital que impulsionaria a Revolução Industrial” (Teixeira, 2005, p. 6). Assim, “A função precípua da colônia era, portanto, a de acelerar a acumulação primitiva de capitais” (Arruda, 2000, p. 170).

O “exclusivo metropolitano” é o mecanismo principal para explicar as relações entre a metrópole e a colônia, nele encontrava-se o “mecanismo por excelência” do sistema colonial.

O “exclusivo” metropolitano do comércio colonial consiste em suma na reserva do mercado das colônias para a metrópole, isto é, para a burguesia comercial metropolitana. Este era o mecanismo fundamental, gerador de lucros excedentes, lucros coloniais; através dele, a economia central metropolitana incorporava o sobreproduto das economias coloniais anclares. (...) Promovia-se (...) uma transferência de renda real da colônia para a metrópole, bem como a concentração desses capitais na camada empresária ligada ao comércio ultramarino (Novais, [1979] 2019, p. 107).

A busca da metrópole passava por extrair de sua colônia produtos comercializáveis com serventia e demanda garantida no mercado europeu, ou seja, “a produção colonial se ajusta (...)



Encontro Nacional de Pesquisadoras  
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024  
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:  
desafios a uma formação profissional  
emancipatória no Serviço Social

às necessidades da procura europeia” (Novais, 1977, p. 57). Trata-se de uma “Produção mercantil, portanto, e aqui reaparece o elo profundo que liga a expansão colonial com o desenvolvimento econômico europeu na fase do capitalismo comercial” (Novais, [1979] 2019, p. 115).

Não se objetivava produzir para atender necessidades do comércio em geral, havia premência de comercializar intencionando incidir sobre o processo de acumulação primitiva. Este seria o fator de maior relevo e, por suas vez, levou a adoção do trabalho escravo. No caso brasileiro tratava-se de “colonizar para o capitalismo, isto é, segundo os mecanismos do sistema colonial” (ibid, p. 121). Assim, “a exploração colonial significava, em sua última instância, exploração do trabalho escravo” (ibid, p. 122) e do funcionamento do tráfico “dependia em últimas instância a elaboração dos produtos coloniais” (Novais, 1977, p. 60).

Na colônia os senhores de escravos eram os principais detentores de capital, havia uma elevada concentração da renda sem a qual o sistema não poderia reproduzir-se. Isto faz com que “os colonos-senhores possam manter a continuidade do processo produtivo, e mesmo levar uma vida faustosa” (Novais, [1979] 2019, p. 126-7). Globalmente tem-se que

a sociedade colonial é espoliada pela burguesia metropolitana, mas nessa sociedade colonial a camada de colonos-senhores situa-se numa posição privilegiada, o que permite a articulação das várias peças do sistema. E o escravismo, que é o reverso da medalha, reaparece como seu elemento essencial: mais uma vez, agora sob novo ângulo, exploração colonial significa exploração do trabalho escravo. (ibid, p. 127)

Comentando sobre a impossibilidade de avanço tecnológico anota que “há que manter-se em níveis culturais infra-humanos, para que não se desperte a sua condição humana”, contudo não deixa de ressaltar que “é uma ilusão supor-se, como às vezes se faz, estável a sociedade escravista; muito ao contrário, foram frequentes as fugas e rebeliões, e os troncos não eram nem de longe objetos decorativos” (ibid, p. 128).

Considera tanto a baixa produtividade como a escassez de capital elementos centrais para o sistema colonial ser estruturalmente restritivo em relação às possibilidades de crescimento do mercado interno. Entretanto, argumenta que “examinadas internamente” as estruturas das economias coloniais poderiam ser categorizadas como “um modo de produção escravista-mercantil” (ibid, p. 130). Havia um “binômio motriz, senhor-escravo” do qual decorrem as demais relações econômicas da colônia.

Se a acumulação primitiva apresenta-se como uma dos requisitos para a passagem ao capitalismo industrial ao mesmo tempo havia a exigência da ampliação dos mercados. Tornava-se “imprescindível (...) a generalização das relações mercantis” e “então o sistema se compromete e



Encontro Nacional de Pesquisadoras  
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024  
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:  
desafios a uma formação profissional  
emancipatória no Serviço Social

entra em crise” (ibid, p. 131). O nível de aproximação buscado agora é o qual procura localizar o sistema colonial no âmbito mais geral de formação do capitalismo. Em síntese, “o sistema colonial mercantilista apresenta-se nos atuando sobre os dois pré-requisitos básicos da passagem para o capitalismo industrial” (ibid, p. 133).

Em leitura atenta aos elementos políticos ressalta uma série de eventos históricos que atestam a crise e refletem uma prática contestatória em relação ao sistema colonial, cita os episódios da Inconfidência Mineira e da Conjuração Baiana. Considerando as relações de forças na história anota “Que tenham sido debeladas as tentativas, que (...) os revolucionários enfim, não tenham conseguido (...) mobilizar forças suficientes para a consecução dos objetivos (...), nada disso anula o significado (...) desses eventos” (ibid, p. 195-6).

A chegada da Corte portuguesa e a abertura dos portos representavam a culminância de um processo histórico que não mais recuaria, seria “a primeira ruptura definitiva do Antigo Sistema” (ibid, p. 334). Embora tenham ocorrido tentativas de reformas na política colonial portuguesa nenhuma delas poderia responder à integralidade da crise do antigo sistema, atacavam apenas uma parte do problema, já que “ao acelerar a acumulação de capitais, acelerava-se o processo de acumulação mercantil e a sua metamorfose em capitalismo industrial” (Arruda, 2000, p. 176). Ressalta Novais ([1979] 2019, p. 338) que

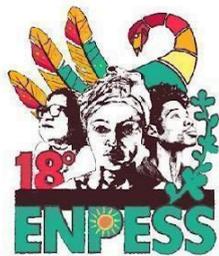
Efetivamente, organizado como um vasto mecanismo de aceleração da acumulação primitiva, o Antigo Sistema Colonial, na medida em que funcionava, ia se constituindo cada vez mais em fator da passagem para o capitalismo industrial; o que, por sua vez, significava a emergência de condições que não se compatibilizavam com a permanência desse mesmo sistema de colonização mercantilista: exclusivo, escravismo, de fatores de acumulação, tornam-se óbices ao desenvolvimento capitalista. (...) Neste sentido, no nível estrutural, pode dizer-se que, com o florescimento da Revolução Industrial, o Antigo Sistema Colonial estava condenado.

### **3 – As teorias do modo de produção escravista**

Jacob Gorender ressalta que os intérpretes reconhecem a importância da Abolição mas não fizeram o mesmo em relação a história da escravidão, ou seja, “percebia-se que a extinção da escravatura representava um divisor de épocas. Desde o início, contudo, não se fez do escravo a categoria central explicativa da formação social extinta.” (Gorender [1978] 2016, p. 49). Maneiras de contornar a centralidade escrava seriam as teses do suposto feudalismo ou então a atribuição da intencionalidade exclusiva do processo ao desenvolvimento comércio exterior<sup>7</sup>.

A categoria central de análise é a de modo de produção, defende que o período colonial teria propiciado a formação de um modo de produção escravista colonial, de tipo novo e anterior

<sup>7</sup> Visava superar “a falsa polêmica ‘passado feudal-passado capitalista’ que dividira por décadas as ciências sociais e a esquerda brasileira” (Maestri, 2005, p. 9).



Encontro Nacional de Pesquisadoras  
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024  
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:  
desafios a uma formação profissional  
emancipatória no Serviço Social

ao capitalismo. Compreende incorretamente modo de produção como exclusivamente associado ao debate econômico, no entanto em seus estudos ele seria abordado “sob o tríplice enfoque da economia política, da ciência histórica e da sociologia” (ibid, 59)<sup>8</sup>.

Suas duas categorias fundamentais são a escravidão e a forma plantagem. Embora elabore sua teoria para colocar-se em terreno oposto aos que veem o Brasil desde os primórdios como capitalista, defende que a escravidão colonial foi voltada para a produção de bens comercializados através do comércio exterior, orientada por valores mercantis e não patriarcais. Enquanto para os autores anteriores o “núcleo dinâmico da análise é o capital mercantil, no qual a obtenção do excedente estaria na relação sistêmica entre Portugal e Brasil”, em Gorender tem-se que “essa apropriação ocorreria internamente pela exploração do trabalho, na relação entre senhores e escravizados” (Borges, Santos, 2018, p. 151)<sup>9</sup>. Ou seja, “o escravismo (...) será a [categoria] chave para o estudo da colônia, e não mais o capital comercial” (Teixeira, 2005, p. 9).

Muito já foi dito sobre a condição do escravo como “coisa” sendo imputadas críticas a Gorender que, na verdade, afirma que “se a sociedade os coisificou, nunca pôde suprimir neles ao menos o resíduo último de pessoa humana” (Gorender, [1978] 2016, p. 92) A uma explicitação da resistência que não pode deixar de haver devido a sua condição humana de sujeitos que guardam a possibilidade de construir a liberdade. Avalia o escravo também como “agente subjetivo do processo de trabalho” (Maestri, 2005, p. 12).

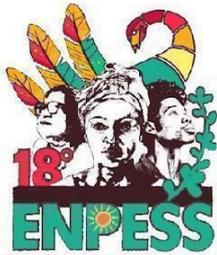
Uma relação que cabe investigar é a entre os escravos e o trabalho. A utilidade do escravo para a economia colonial reside em ser útil para a produção, entretanto isto não ocorria sem resistências. Aborda o tema tendo em vista o binômio “trabalho e castigo”, este último era a forma mais eficaz para cumprirem suas jornadas de trabalho (Gorender, [1978] 2016, p. 99). Em outras palavras, uma das formas de resistência que se manifestam nos escravos é a reação ao trabalho forçado<sup>10</sup>.

Ao abordar os traços principais da forma plantagem destaca uma determinação muitas vezes vista como secundária em seu pensamento, a saber: a especialização da produção de produtos voltados para o mercado exterior. Caracteriza a sociedade colonial através de um modo

<sup>8</sup> Pensa-se ser esta chave explicativa para a análise constituir-se como original e que, longe de afastar os sujeitos ativos e colocar em seus lugares simples estruturas, traz para o centro da história os escravos. Isto é, trata-se de uma proposta sobre “a existência de um modo de produção específico para a economia colonial baseado no escravismo” (Borges, Santos, 2018, p. 152).

<sup>9</sup> Haveria espaço para a escravidão patriarcal apenas nos nichos econômicos que fossem marcados por uma economia natural, o que, como sabemos, esteve longe de ser majoritário no colonialismo brasileiro.

<sup>10</sup> Se essa resistência poderia não ser necessariamente ativa, pode ser encarada como um mecanismo extremamente eficaz de afetar objetivamente os senhores.



Encontro Nacional de Pesquisadoras  
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024  
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:  
desafios a uma formação profissional  
emancipatória no Serviço Social

de produção novo, regido e determinado em várias dimensões por questões internas, mas, em paralelo, percebe no mercado externo um determinante fundamental (ibid, p. 121).

Ao longo da obra existem argumentos lógicos e históricos, havendo uma parte denominada “O processo da gênese” em que são feitas anotações sobre a história portuguesa, a história da escravidão e da implementação da forma plantagem. O que importa ressaltar é que “o estudo sistemático do escravismo colonial tem a escravidão negra como pressuposto, ademais porque foi ela que proporcionou estabilidade ao modo de produção” (ibid, p. 172).

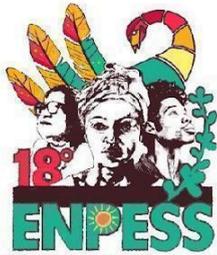
É uma construção teórica que permite trazer para o centro do processo histórico a escravidão negra. Embora seja evidente em algumas partes certa inspiração althusseriana, não há espaço para uma história sem sujeito, o resultado é o inverso. Diverge-se da análise de que Gorender “sucumbiu ao lado dos intérpretes althusserianos” (Borges, 2022, p. 6), ao contrário, seria central “a ação do escravizado na constituição da formação brasileira” (ibid p. 18).

Em artigo posterior pode-se ainda perceber pontos que reforçam a argumentação. Em paralelo a construção teórica que traz a escravidão negra para o centro explicativo da sociedade colonial, tem-se também que “em absoluto se nega que o escravismo fosse inseparável da rebeldia do escravo. Da minha parte, ao contrário do que sugerem leituras apressadas, procurei enfatizar este traço característico da formação social escravista” (Gorender, 1983, p. 14).

Ao mesmo tempo em que são levados para o centro da história não são esquecidas suas capacidades de rebelar-se, isto seria inseparável do próprio escravismo. Aponta como exemplos “os levantes malês na Bahia (1807 a 1835) e a presença de um componente escravo nas revoltas políticas de Pernambuco (1817) e do Maranhão (1838-1841)” (ibid, p. 15). Estes episódios, contudo, não puderam inserir-se num quadro concreto de relações de forças de forma ao fim da escravidão dever-se fundamentalmente a eles.

Clóvis Moura incorpora a leitura que existiu no período colonial um modo de produção escravista, em geral o autor “refletiu principalmente sobre a questão do negro na formação da nação” (Mesquita, 2004, p. 339). Em *Rebeliões da Senzala* ([1959] 1981) localiza a luta dos escravizados como elemento central da formação social brasileira. Ressalta que “o dinamismo da sociedade brasileira, visto do ângulo de devir, teve a grande contribuição do quilombola, dos escravos que se marginalizavam do processo produtivo, e se incorporaram às forças negativas do sistema”.

Assim, “o quilombola era o elemento que, como sujeito do próprio regime escravocrata, negava-o material e socialmente” (ibid, p. 247). Era “uma interpretação marxista da escravidão no



Encontro Nacional de Pesquisadoras  
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024  
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:  
desafios a uma formação profissional  
emancipatória no Serviço Social

país pelo viés da resistência escrava”<sup>11</sup> (Mesquita, 2004, p. 340), seu objetivo era “destacar o caráter ativo do negro na luta em seu processo de emancipação – e, com isso, ampliar as possibilidades de análise histórica e sociológica da resistência negra sob o escravismo” (Oliveira, 2011, p. 46).

Afirma a existência de um modo de produção escravista e busca compreender seu processo de gênese, desenvolvimento e declínio ao mesmo tempo em que analisa importantes aspectos da resistência escrava e a possibilidade dos negros serem sujeitos. O escravismo dividiria-se em duas fases, a primeira denominada como escravismo pleno que teve vigência entre o início da colonização até 1850, logo após uma segunda fase descendente que duraria até a Abolição em 1888 a qual caracterizou de escravismo tardio.

No escravismo pleno “estrutura-se em toda a sua plenitude a escravidão (modo de produção escravista), a qual irá configurar praticamente o comportamento das classes fundamentais dessa sociedade” (Moura, [1994] 2020, p. 31-2). Nesta fase o escravismo constitui-se enquanto modo de produção, realiza-se como estrutura e superestrutura e delimitada as classes centrais. Faz a dinâmica da sociedade escravista girar explicitamente em torno da luta entre as classes que lhe são centrais, o modo de produção “tem como componente estrutural mais importante as contradições entre senhores e escravos. E é essa dicotomia contraditória que lhe é inerente que impulsiona a dinâmica social” (ibid, p. 33).

Se por um lado o período gozou de certa estabilidade é também impossível esquecer os episódios de resistência escrava. Centrar a caracterização considerando a estabilidade do período seria incorrer no erro de igualar “o fundamental ao secundário; o substantivo, ao adjetivo; o conjunto ao detalhe; o objetivo, ao subjetivo” (ibid, p. 35)<sup>12</sup>.

Não menciona a existência de um Estado escravista, embora no escravismo pleno exista uma “unidade administrativa e judiciária”, os objetivos buscados eram criar “as condições de reprimir as revoltas de negros e de índios” (ibid, p. 60). Trata-se, portanto, de uma sociedade que “tinha como base principal o antagonismo entre senhores e escravos e as medidas de controle social dos senhores” (ibid, p. 62).

<sup>11</sup> Ou ainda, pode-se anotar que a obra “inaugurou uma interpretação original sobre nossa história na perspectiva da luta de classes na qual o escravizado – sobretudo aquele que se rebelava contra a escravidão – é considerado sujeito histórico e agente dinamizador” (Rocha, 2020, p. 2).

<sup>12</sup> Aspecto que ajuda a vislumbrar como era possível e temida a resistência dos escravos era a própria estrutura administrativa da Coroa, as mais importantes preocupações do aparato português vigente aqui eram “defender os interesses da Coroa e garantir a segurança dos senhores da insurgência negra escrava, que se mostrava dinâmica e constante nessa fase do modo de produção escravista (escravismo pleno)” (ibid, p. 38)

Durante o escravismo tardio ocorreram eventos políticos importantes, contudo eles não trouxeram modificações substantivas para o modo de produção escravista, a escravidão foi reafirmada. Reconhece, entretanto, que ocorriam mudanças, mas apenas “superestruturalmente, preservando-se a forma fundamental de trabalho que continua a produzir todo o valor dessa economia” (ibid, p. 73).

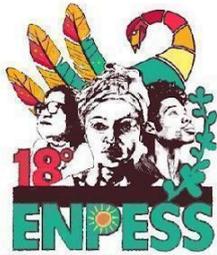
O escravismo pleno cessou apenas em 1850 com a promulgação da Lei Eusébio de Queirós. Embora o escravismo tardio seja importante, principalmente à luz da posterior transição capitalista, para a atual investigação objetiva-se sublinhar apenas que foi durante o escravismo pleno que se constitui a dinâmica de todo o período. Trata-se de uma interpretação que leva a contradição entre escravos e senhores como fundante e considera “o negro escravizado como agente social e protagonista na luta por emancipação” (Rocha, 2020, p. 6).

#### **4 – Apontamos finais e caminhos para a discussão da formação social brasileira**

À guisa da conclusão é forçoso reconhecer que não há uma consolidada e acabada teoria marxista que seja capaz de nos fornecer uma interpretação da totalidade dos mecanismos formação social brasileira enquanto vigorou a escravidão. Interpretar o período envolve a necessidade de colocar-se nas fronteiras da elaboração do marxismo, motivo que parece estar relacionado à originalidade das obras.

Teorizar sobre a formação social brasileira no período em que vigorou o escravismo parece ser realizar um exercício de tradutibilidade considerando “as culturas e as características estruturais das sociedades envolvidas” (Boothman, 2017, p. 779). Ele envolve a possibilidade de, nos termos de Gramsci ([1932] 2005, 237-8), “não só de traduzir literalmente, mas de traduzir os termos, inclusive conceituais, de uma determinada cultura nacional nos termos de uma outra cultura nacional”, o “tradutor deve conhecer criticamente duas civilizações e ser capaz de fazer com que uma conheça a outra” e faz isso “servindo-se da linguagem historicamente determinada daquela civilização à qual fornece o material informativo”.

O exercício da tradutibilidade não envolve o método “de um mero jogo de esquematismos genéricos”, ao contrário a “tradução é orgânica e profunda”. Em nível geral de aplicabilidade “deve-se ver se a tradutibilidade é possível entre expressões de diferentes fases de civilização” e responde afirmativamente nos casos em que “na medida em que estas fases são momentos de desenvolvimento uma da outra e, portanto, integram-se reciprocamente” (Gramsci, [1932-1933] 2014, p. 185).



Encontro Nacional de Pesquisadoras  
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024  
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:  
desafios a uma formação profissional  
emancipatória no Serviço Social

No caso da leitura da formação social brasileira aplica-se a possibilidade de um exercício de tradutibilidade que advém da linguagem política e da teoria social construídas pelo desenvolvimento do capitalismo, fenômeno correlacionado a nossa condição de Colônia. Assim argumenta-se que todos teóricos analisados, não importa se com mais ou menos sucesso em um aspecto ou outro, realizaram um exercício de tradutibilidade.

A leitura de Caio Prado embora remova alguns obstáculos acaba por criar outros novos, eles são tanto econômicos como políticos. Inicialmente, lembra-se a costumeira acusação de circulacionismo, embora o trabalho escravo seja reconhecido como a forma de produção central, as relações sociais de produção existentes não são integradas satisfatoriamente como a existência da empresa comercial.

Faz-se também necessário um delineamento das classes e suas formas de ação coletiva. Caio Prado discorre sobre o assunto, reconhece o papel de diversas classes sociais no processo histórico, mas nega a possibilidade de os escravos constituírem-se enquanto sujeitos. Reconhece o papel econômico do trabalho escravo (mesmo que teoricamente pouco integrado à lógica comercial da colonização), mas não sua importância política, incorrendo no erro de anotar que não houve lutas entre escravos e senhores. Aparece aqui uma debilidade no debate superestrutural da formação social.

Fernando Novais avança em relação a Caio Prado por ter relacionado o sistema colonial ao processo de acumulação primitiva inglês e o auge e a crise deste mesmo sistema às diferentes fases de desenvolvimento do capitalismo. Embora reconheça a existência de resistências escravas não faz dos escravos um dos sujeitos dinamizadores da política.

As interpretações ancoradas nos modos de produção visam suprir antinomias criadas pelas interpretações anteriores, embora gerem outras. As leituras anteriores não teriam dado suficiente atenção às relações sociais de produção vigentes, precisadas como escravistas. No entanto, mesmo que tenham subvalorizado as relações sociais de produção escravistas, disso não deriva a existência de um modo de produção. É contestável que a universalidade e previsibilidade das leis da economia política atingidas sob o capitalismo possa ser generalizada para outros períodos históricos.

Mesmo as caracterizações de um novo modo de produção não deixam de ressaltar sua conexão e determinação em relação ao comércio externo, ou seja, seriam parcialmente dependentes ao desenvolvimento do capital europeu e daí sua contestação enquanto autônomo. A existência de um modo de produção escravista em momento de ascensão e consolidação do

capitalismo no mundo nos parece um contrassenso. A falsa atribuição de autonomia e universalidade a um modo de produção leva ao escamoteamento de uma universalidade concreta em processo de constituição.

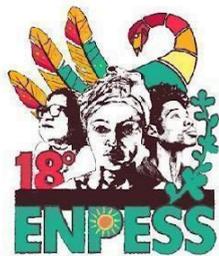
Em sentido positivo tais autores avançaram em relação a determinações associadas à percepção do escravo na formação social. Primeiro ressaltaram o elemento escravista das relações sociais de produção, ponto que as interpretações consagradas podem ter tido dificuldades devido a caracterização da nossa colônia desde os primórdios como capitalista. Colocava-se a pergunta: como um capitalismo com relações sociais de produção escravistas?

Ao utilizar a teoria dos modos de produção acabam por generalizar a existência de estruturas e superestruturas. Considera-se esta uma leitura problemática, no entanto pontua-se que ao procurarem as superestruturas do período colonial encontram a atuação política dos escravos. Se as influências estruturalistas são o que normalmente retiram o sujeito da histórica, aqui ocorre o inverso.

As soluções para os impasses do debate da formação social durante a escravidão são um caminho que ainda está sendo buscado. As duas maiores problemáticas mapeadas dizem respeito ao debate da escravidão. Como integrar a existência de relações sociais de produção escravistas à lógica mercantil da produção sem colocar em segundo plano nenhum dos dois determinantes? Além disso, como incorporar os escravos como sujeitos ativos e coletivos politicamente ao cenário explicativo mais geral da formação social?

Haveria uma forma de capital baseada na produção de mercadoria que utiliza o trabalho escravo, o capital escravista-mercantil (Pires, Costa, 1994, p. 131). A categoria busca atentar ao caráter mercantil da produção acompanhado de suas relações de produção escravistas. A escravidão localizada não seria incompatível com o capitalismo e sim com o seu desenvolvimento, tem-se um escravismo produtor de mercadorias voltado para o comércio externo e, por fim, os proprietários escravistas personificariam o capital escravista-mercantil (ibid, p. 133-4). Seria uma forma de capital não autônoma do ponto de vista de sua reprodução, sua existência é condicionada e subsumida às determinações do modo de produção capitalista.

No que diz respeito ao papel de sujeito político dos escravos, vem sendo desenvolvida a categoria de práxis negra (Oliveira, 2011; Procopio, 2019). Nas reflexões de Moura haveria um “contradiscurso alternativo” “centrado no sujeito coletivo negro”, seria preciso promover uma “reconstrução simbólica do negro político” (Oliveira, 2011, p. 61). Procopio (2019, p. 8) afirma que Moura “incorpora na historiografia brasileira o negro como sujeito político subvertendo o padrão de



Encontro Nacional de Pesquisadoras  
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024  
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:  
desafios a uma formação profissional  
emancipatória no Serviço Social

despersonalização presente na figura do ‘escravo’”, e também “construiu um arcabouço de fundamentos sobre a práxis, ou seja, a radicalização do significado político do negro na sociedade brasileira” (ibid, p. 10), trata-se uma categoria que permite “abranger as particularidades da formação sócio-histórica brasileira” (ibid, p. 4).

Com estes comentários apontam-se percursos para as problemáticas mapeadas através do estudo de autores consagrados. O problema da integração de uma produção mercantil fundada com base em relações de produção escravas tem no capital escravista-mercantil uma possível solução, ao mesmo tempo que o papel dos escravos como sujeitos ativos do processo histórico pode ser apreendido através da categoria de práxis negra. Advoga-se, portanto, que estas podem ser duas importantes categorias que, inclusive se usadas de forma simultânea, podem permitir a superação de algumas antinomias da formação social brasileira enquanto perdurou a escravidão.

#### **Referências:**

- Alcantara, R. S., Alcantara, R. S. **Caio Prado Jr e o sentido da colonização: as heranças do atraso brasileiro à luta revolucionária**. Revista Cadernos de Campo, Araraquara, n. 24, p. 231-245, jan./jun. 2018.
- Arruda, J. J. A. **O sentido da colônia. Revisitando a crise do Antigo Sistema Colonial no Brasil (1780- 1830)**. In: Tengarrinha, J. (Org.) História de Portugal. Bauru, EDUSC, 2000.
- Boothman, D. **Tradutibilidade** in LIGUORI, Guido; VOZA, Pasquale. Dicionário Gramsciano. São Paulo, Boitempo, 2017.
- Borges, E. J. S., Santos, A. F. S. **Considerações sobre um campo disciplinar: os principais modelos explicativos da economia colonial**. Belo Horizonte, Cadernos de História, v. 19, n. 30, p. 142-168, jan./jun. 2018.
- Borges, J. P. P. B. **Ser justo com Jacob Gorender e Ciro F. S. Cardoso: a atualidade da determinação do modo de produção**. In Encontro Nacional de Economia Política, 27, 2022. Uberlândia, Anais eletrônicos do Encontro Nacional de Economia Política. Uberlândia, 2022, p. 1-21.
- Coutinho, C. N. **Cultura e sociedade no Brasil**. São Paulo: Expressão Popular, 2011.
- Cruz, D. S. **Centenário de Caio Prado Júnior: debate sobre sua atualidade**. [S. l.], Revista InterLegere, n. 3, p. 1-14, jul./dez. 2008.
- Gorender, J. **O Escravismo Colonial**. São Paulo, Expressão Popular, Perseu Abramo, 2016.
- Gorender, J. **Questionamentos Sobre a Teoria Econômica do Escravismo Colonial**. São Paulo, Estudos Econômicos, v. 13, n. 1, p. 7-39, jan./abr. 1983.

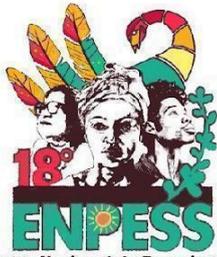


Encontro Nacional de Pesquisadoras  
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024  
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:  
desafios a uma formação profissional  
emancipatória no Serviço Social

- Gramsci, A. **Cartas do Cárcere, v. 2**. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2005.
- Gramsci, A. **Cadernos do Cárcere, v. 1**. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2014.
- Hirano, S. **Formação do Brasil Colonial : pré-capitalismo e capitalismo**. São Paulo, Edusp, 2020.
- Júnior, I. P. **Considerações sobre o pensamento de Caio Prado Júnior: colonização e revolução**. Recife, Praça: Revista Discente da Pós-Graduação em Sociologia da UFPE, v. 2, n. 1, p. 24-49, jan./jul. 2018.
- Lima, V. F. S. A. **Caio Prado Júnior. Formação do Brasil contemporâneo: colônia**. São Luis, Revista de Políticas Públicas, v. 12, n. 1, p. 117-124, jan./jun. 2008.
- Maestri, M. **O Escravismo Colonial: A revolução Copernicana de Jacob Gorender. A Gênese, o Reconhecimento, a Deslegitimação**. São Leopoldo, Cadernos IHU, ano 3, n. 13, p. 1-42, 2005.
- Mesquita, E. **Clóvis Moura (1925-2003)**. Salvador, Afro-Ásia, v. 31 , p. 337-356, jan./dez. 2004.
- Moura, C. **Dialética Radical do Brasil Negro**. São Paulo, Anita Garibaldi, 2020.
- Moura, C. **Rebeliões da Senzala**. São Paulo, Lech Livraria Editora Ciências Humanas Ltda, 1981.
- Novais, F. A. **Portugal e Brasil na crise do Antigo Sistema Colonial (1777-1808)**. São Paulo, Editora 34, 2019.
- Novais, F. A. **O Brasil nos quadros do Antigo Sistema Colonial**. Rio de Janeiro, São Paulo, DIFEL, Brasil em perspectiva, v. 23, p. 47-63, jun. 1977.
- Oliveira, F. N. **Modernidade, política e práxis negra no pensamento de Clóvis Moura**. Revista do Programa de Pós-Graduação em Sociologia da USP, São Paulo, v. 18, n. 1, p.45-64, jan./jul. 2011.
- Pires, J. M.; Costa, I. N. **Considerações sobre o capital escravista-mercantil**. Est. econ., Sao Paulo, v. 24, n. 1, p. 129-143, jan./abr. 1994.
- Prado Júnior, C. **Formação do Brasil Contemporâneo: colônia**. São Paulo, Companhia das Letras, 2011.
- Prado Júnior, C. **A Revolução Brasileira**. Brasiliense, São Paulo, 1987
- Procopio, A. P. **O contrário de casa grande não é senzala. É quilombo! A categoria práxis negra no pensamento social de Clóvis Moura**. In Colóquio Marx e o Marxismo, 13, 2019. Niterói, Anais eletrônicos do Colóquio Marx e o Marxismo. Niterói, 2019, p. 1-14.



Encontro Nacional de Pesquisadoras  
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024  
ISSN 2965-2499

---

Relações de classe e raça-etnia:  
desafios a uma formação profissional  
emancipatória no Serviço Social

Rocha, G. S. **Rebeliões da senzala de Clóvis Moura: uma abordagem histórica da luta de classes no Brasil.** In Encontro Estadual de História da ANPUH-SP, 25, 2020. São Paulo, Anais eletrônicos do XXV Encontro Estadual de História da ANPUH-SP. São Paulo, 2020, p. 1-19.

Sá, V. B. **A formação do Brasil contemporâneo por Caio Prado Júnior: contexto, epistemologia e hermenêutica de um clássico da historiografia brasileira.** Recife, Revista Symposium, v. 2, n. 2, jul./dez. 1998.